

HISTÓRIA: MÉTIER E PRAZER

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior**

Entrevista concedida a
Jânio Gustavo Barbosa e Olívia Morais de Medeiros Neta

Espacialidades – Cotidianamente a utilidade da história vem sendo questionada no cenário científico contemporâneo. De que maneira a história foi útil em sua vida? Em sua opinião o ofício do historiador passa por essa questão da utilidade da história?

Durval Muniz – Acho que o fundamental é pensarmos que a história serve à vida. Normalmente, quando se faz a pergunta “para que serve a história?”, pergunta-se direcionado à questão da ciência e do conhecimento: que contribuições ela, a história, pode trazer para a ciência. Mas, na verdade, a história tem a ver com o saber. Nem digo que a história seja uma ciência, é um saber, é um conhecimento direcionado para a vida. Nesse aspecto a história me serviu muito, porque a história serve para problematizar a nossa forma de ver, a nossa forma de entender o mundo, as nossas concepções, as nossas atitudes, os nossos costumes, os nossos atos, os nossos valores, a história impacta fundamentalmente tudo isso.

Eu costumo dizer que a história é um saber pautado para a produção da subjetividade, que a função da história é a produção da subjetividade. Daí a responsabilidade que o professor de história tem, que alguém que escreve história tem. Fundamentalmente nós fazemos um tipo de conhecimento que incide sobre a produção da maneira como as pessoas pensam, sentem, agem, ou seja, incidimos

* Durval Muniz de Albuquerque Junior é graduado em história pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), antiga Universidade Regional do Nordeste; mestre e doutor em história social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e pós-doutor pela Universidade de Barcelona, na Espanha. Autor de livro clássico, que questiona o processo de construção da identidade nordestina, intitulado *A invenção do Nordeste e outras artes*, e que se encontra em sua terceira edição. Atualmente leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e desenvolve pesquisas sobre a vida e a obra do escritor norte-rio-grandense Luís da Câmara Cascudo.

diretamente sobre valores. Por isso, a história é um saber que tem a ver com a dimensão ética e política, isto é, a história está sempre remetendo à ética, à discussão de valores e à política, remetendo às nossas formas de perceber o mundo, de se comportar, de se colocar diante do outro, de se colocar em relação à sociedade em que nós estamos vivendo.

Os alunos, normalmente, se perguntam sobre a finalidade da história, porque acham que a história deve possuir uma finalidade prática. Vivemos em uma sociedade que valoriza muito a dimensão prática e técnica do conhecimento, na qual o conhecimento tem que servir para alguma coisa imediata, e a história não tem essa serventia imediata. A história, como as humanidades de uma forma geral, tem uma serventia muito mais ampla, no sentido da formação do cidadão, da formação da pessoa, na formação da subjetividade, da personalidade, da forma da pessoa ser, perceber o mundo.

A história é a formação de um olhar, uma forma de olhar o mundo, de se comportar, de se posicionar no mundo. Então, quando o aluno faz a pergunta “para que serve a história?”, ele quer encontrar uma serventia imediata, que a matemática tem, que a física pode ter, mas que a história não tem. A nossa serventia, talvez, seja muito mais ampla e muito mais importante, porque é a formação da própria maneira do homem se colocar na vida.

E. – O tema de nossa conversa é *História: métier e prazer*. Com base nisso, de que maneira você associaria a temática dessa entrevista à sua formação acadêmica?

D. M. – A idéia de que a história é, acima de tudo, algo que deve dar prazer ao produzi-la e ao ensiná-la, também é uma temática muito presente na forma como eu penso a história, na forma como eu trabalho com o conhecimento histórico. De uma forma geral, nós temos que fazer aquilo que nos dá prazer. O prazer é uma coisa fundamental para que possamos fazer bem qualquer coisa.

O prazer tem a ver, evidentemente, com o estímulo que você vai ter para desempenhar a sua atividade; vem, fundamentalmente, de você ter identidade com aquilo que faz; que aquilo que você faz responda suas expectativas, suas

ansiedades; que alcance aquilo que você quer da vida, aquilo que você quer do mundo. Eu não estaria na profissão se ela não me desse prazer.

O fracasso do ensino de história, por exemplo, se dá quando o professor faz isso por obrigação, porque fazer por obrigação leva a se fazer maquinalmente, sem nenhuma alegria, sem paixão, e isso é repassado para quem está assistindo. Uma aula é fundamentalmente interação, diálogo. Aquilo que o professor propõe, ele vai receber de volta dos alunos, isto quer dizer que, se você entrar em uma sala de aula apenas por obrigação, isso será visível para os alunos, que somente ficarão ali, na sua frente, por absoluta obrigação. Se, ao contrário, você demonstrar alegria, se entrar na sala de aula for um motivo de satisfação, os resultados serão alcançados.

Escrever não é fácil, pesquisar não é fácil, mesmo dar aula não é fácil, mas se ao fazê-los sentes prazer, evidentemente, tens a principal justificativa para fazer e continuar fazendo. Até porque nós temos uma profissão cuja remuneração não é o maior motivo para realizá-la, porque se alguém dá aula de história ou se alguém escreve história apenas para ganhar dinheiro: coitado! (risos).

A docência para mim é uma coisa muito prazerosa, porque tem a questão das relações humanas, o contato com as pessoas, a relação com os alunos, e isso para mim sempre foi uma coisa muito legal. Eu gosto de dar aulas, eu gosto de me relacionar com os alunos, e considero a história uma disciplina que também nos permite perceber a forma como o outro vê o mundo. Você percebe a outra pessoa sendo impactada, sendo transformada, sendo mudada.

A história é uma profissão que me dá muito prazer. Eu aconselho que as pessoas só continuem em uma profissão se tirarem prazer dela, nas mínimas coisas. Existem várias formas de prazer, inclusive o prazer intelectual, aquele que você tira de uma idéia nova, das descobertas, de um *insight*, da percepção de uma coisa que você não havia percebido. Eu acho que é isso que a história, muitas vezes, nos proporciona, é termos uma mirada diferente para as coisas, ter *insights*, descobrir coisas novas, que evidentemente dão um enorme prazer.

E. – O ensino e a pesquisa são práticas recorrentes no ofício do historiador. Como você as articularia no campo histórico?

D. M. – Eu acho que essa relação entre ensino e pesquisa é fundamental. Sei que há profissionais que gostam apenas de dar aulas, não gostam de realizarem pesquisas, ou vice e versa, que gostam apenas de pesquisar, não se agradam muito em dar aulas. Mas acho que uma coisa tem relação intrínseca com a outra. Se você apenas dá aula, se você não faz pesquisa, corre-se o risco de chegar um momento em que você não terá coisas novas para trazer aos alunos.

O risco, que você corre, é ficar repetindo conhecimento que os outros estão produzindo, você não se sentirá partícipe da produção do próprio conhecimento, você não terá um conhecimento produzido por si próprio para transmitir aos alunos. Ao mesmo tempo, se você somente pesquisar também perderá esse *feedback* que é dado pelo aluno, você perderá essa oportunidade de se colocar em questão, em testar na sala de aula a própria pesquisa que você está desenvolvendo. Você vai apresentando idéias que muitas vezes levam os alunos a fazerem questões, e as questões dos alunos levam você a pensar e repensar a temática que você está estudando.

É muito importante você não ter uma pesquisa solitária, daí porque também gosto de trabalhar com grupos de bolsistas, gosto de ter sempre com quem dialogar, porque o dialogar sobre a pesquisa faz você pensar mais sobre ela. Quando você está dando aulas ou quando você está palestrando sobre a temática da qual você está pesquisando, você tem *insights*, você percebe a fragilidade de determinadas formulações, você percebe que determinadas formulações não são convincentes. Da mesma forma que uma pessoa que apenas dá aula não terá o mesmo traquejo para discutir a historiografia, utilizará a historiografia, mas, como não domina a prática da pesquisa, terá dificuldades em perceber determinados aspectos da historiografia que utiliza, não perceberá como a produção histórica é absurdamente circunstancial, relativa, muda ao longo do tempo.

Ao pesquisar você vai sendo transformado pela pesquisa, por isso a importância de reunir pesquisa e ensino, essa relação em que um alimenta o outro. Acho que não saberia apenas dar aula ou somente pesquisar, porque penso que assim você perde a riqueza que é estar, o tempo inteiro, produzindo conhecimento novo e testando esse conhecimento.

E. – A partir do último quartel do século XX percebemos alguns trabalhos na historiografia brasileira, preocupados com o ensino de história, como os estudos de Circe Bitencourt, de Kátia Abud e de Selva Guimarães Fonseca. Como professor, que análise você faz do ensino de história no Brasil? O que se pode aperfeiçoar?

D. M. – Não sou um grande conhecedor das pesquisas sobre o ensino de história no Brasil. Eu confesso que sempre estive distante das discussões em torno do ensino de história, pois não é uma coisa que me seduz. De uma forma geral, eu passo ao lado dessas discussões. Sei que deveria participar, por isso, inclusive, fui fazer o pós-doutorado em educação, porque queria ver essas discussões no campo da educação. Mas, de uma forma geral, as concepções que eu tenho de história, as concepções teóricas que eu sigo, elas ainda não chegaram muito nas discussões do ensino de história.

As discussões do ensino de história ainda têm outras conotações teóricas, porque têm uma interface muito maior com as pessoas da área de educação. Então, não me sinto com capacidade para discutir teoricamente a produção sobre o ensino de história, uma vez que eu a conheço pouco. Eu seria leviano ao fazer uma discussão sobre essa literatura que trata do ensino de história. Conheço muito pouco, nunca participei dessas discussões em torno do ensino da história; agora, o que eu posso falar é da minha prática como professor de história, que é uma atividade baseada na empiria, na sala de aula, no fazer.

Tenho uma larga trajetória de ensino, passei por várias fases do ensino, dei aula praticamente em todos os níveis de ensino e tenho esse saber acumulado, essa experiência acumulada. Não sou muito leitor da teoria do ensino, acho que o ensino é uma arte e a arte é uma coisa que a gente desenvolve fazendo. Sou avesso à idéia dos métodos, de que haja métodos para qualquer coisa. Sou um crítico da idéia de método, tanto do ponto de vista da pesquisa da história, como do ponto de vista do ensino da história. Não sei se existem métodos para se dar aula.

Não gosto da docência racionalizada e ordenada, acho que, fundamentalmente, a aula deve ser um espaço de criação, a aula é um momento de criação coletiva, um momento de criação meu como professor junto com os alunos. E acredito que uma aula muito racionalizada, muito preparada, muito organizada,

perde essa dimensão da criatividade. Evidentemente, todo curso deve ser preparado – também não vou pregar a idéia de disciplinas que não tenham planejamento, programa. Quem me conhece sabe que minhas disciplinas começam com um programa, que têm uma racionalidade, uma estrutura, um objetivo que eu persigo ao longo de todo o curso. Mas, ao mesmo tempo, isso não pode ser uma coisa tão hermética, porque a disciplina vai sendo construída à medida que vai acontecendo e, claro, todo mundo sabe que as disciplinas dependem muito dos próprios alunos: elas vão variar conforme os alunos que a assistem.

Enfim, acredito que se deva refletir sobre o ensino de história, respeito todos os meus colegas que trabalham com essa questão. É interessante, inclusive, a discussão em torno das novas tecnologias em sala de aula, que é uma coisa necessária na formação dos nossos novos alunos e que nossa geração não está muito preparada para fazer: o uso da TV, o uso do cinema, etc. A forma como é feito o uso dessas tecnologias em sala de aula, normalmente, não me agrada, é feita apenas para ilustrar, quando não para ocupar duas horas de aula que o professor não está disposto a dar. As formas de se pensar teoricamente a história independem do uso dessas novas linguagens na sala de aula: trabalhar com Foucault, Marx, ou com a Escola dos Annales não exige, necessariamente, que você use o cinema, o gravador. Porém, quando utilizadas corretamente, essas linguagens são excelentes recursos para dinamizar a aula de história.

E. – Em sua conduta historiográfica as narrativas são imbricadas à sua forma de sentir e de pensar. Então, para você, as páginas de Clio também se constituem em páginas de vida?

D. M. – Bem, eu costumo dizer que tudo que pesquiso, que escrevo, tem a ver com a minha vida. Há pessoas que conseguem pensar temas que não têm nada a ver com sua vida. Eu nunca consegui. Sempre trabalho com coisas que me dizem respeito, que me tocam. Portanto, estou sempre envolvido emocionalmente naquilo que faço. Claro que com todos os cuidados que o escrever história exige, mas só faço história porque tem paixão envolvida, tem sensibilidade envolvida.

Tenho um estilo de escrita que tem a ver com a minha formação, tem a ver com as pessoas que me influenciaram. Considero o estilo uma coisa importante na

escrita da história: a forma como se narra faz parte do próprio efeito que a história produz no leitor. Sou herdeiro de toda uma tradição que vem, desde os anos 60, discutindo o papel da narrativa e discutindo o papel que o texto tem na produção de seu próprio sentido. Você não pode separar forma e conteúdo, não pode separar recepção do estilo, isto é, o estilo induz a um determinado tipo de recepção e, se você quer se comunicar com o leitor, tem que escrever de uma determinada forma para chegar até ele.

Sempre tive uma preocupação com a forma de escrever, pois a história não é só o conteúdo, não é só a informação. Fundamentalmente, a história depende de como as informações são amarradas numa narrativa, são enredadas, a forma como isso é transformado em discurso. Não teria sentido discutir todas essas coisas e não levar isso para minha prática de escrita. Então, eu desenvolvi uma forma de escrever que tem a ver, talvez, com minha própria forma de ser, minha própria subjetividade. Há uma relação entre aquilo que se escreve e o eu que a escreve, ou seja, a gente se produz na medida em que escreve. Gosto de escrever textos em que o rosto que apareça de mim seja poético, uma narrativa que seja agradável para as pessoas e que, ao mesmo tempo, cause questionamentos.

Minha narrativa, normalmente, é irônica, uma narrativa que questiona determinados valores e posturas, produto da influência de Foucault, de Deleuze, de toda tradição Nietzscheana, pós-estruturalista e, até mesmo, do marxismo. Minha formação marxista me faz ter um olhar crítico para o mundo, um olhar que está sempre desconfiando, pondo tudo em questão. De certa forma, minha tendência é rir muito das coisas do mundo e da forma como a própria história e a memória oficial estão montadas e escritas.

E. – Em seus trabalhos mais recentes, você tem se proposto a estabelecer relações entre a história e a literatura. De que maneira a história e a literatura podem se aproximar, levando em consideração essa relação entre as formas de narrar e as formas de sentir?

D. M. – As narrativas e as sensibilidades têm a ver com a forma como você faz história, e isso, evidentemente, é um caminho para a aproximação com a literatura. Gosto muito de literatura, porque acho que a literatura nos inspira a narrar. Digo isso

para todos os alunos: o historiador é alguém que deve ler muito, que deve ler também literatura para aprender a narrar. Hayden White veio exatamente desvendar qual era o mistério: é que tanto o romance quanto a história utilizam modelos narrativos idênticos e normalmente a gente aprende a narrar lendo ou escutando histórias.

Então, o historiador que não lê histórias, não terá uma riqueza de modelos narrativos e não produzirá um modelo próprio, que eu vejo como fundamental. Hoje eu entendo aquilo que Hayden White diz em seu livro *Meta-história*, que a personalidade de um historiador é dada pelo estilo narrativo por ele desenvolvido. Cada historiador se destaca pela forma como ele conta, como ele narra, como ele constrói um estilo próprio. Se formos ver, quem são os grandes historiadores brasileiros? São pessoas que você lê e identifica neles um estilo pessoal, uma forma própria de escrever, que trate de assuntos próprios. Gostemos ou não da forma, eles têm uma forma própria. Se você ler Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado, perceberá estilos de escrita particulares e característicos. Outros nomes mais recentes, como Sidney Chalhoub e Margareth Rago, por exemplo, cada um possui um estilo que, ao ler seus livros, você percebe uma postura específica como historiador. E aí, ultimamente, o que estou tentando fazer é discutir essa relação entre história e literatura, tentando fugir dos textos defensivos que são escritos por historiadores.

Os historiadores sempre trabalham contra a literatura, escrevem para se separar da literatura. No começo do século XX, os historiadores acharam que as Ciências Sociais eram ideais para pensar a história, assim como no século XIX haviam achado que a filosofia era boa para pensar a história, a economia e a antropologia também foram úteis para pensar a história, e por que não a literatura? Por que a literatura não é boa para pensar a história? Por que ela não pode nos servir de material para pensarmos o que é o tempo, o fato, o evento, a relação entre estrutura e evento, a relação entre sujeito e objeto, a relação entre continuidade e descontinuidade, questões que envolvem tanto a história quanto a literatura? Eu não gosto dessa história de intertextualidade e/ou interdisciplinaridade que, na verdade, é a idéia de manutenção das disciplinas, da idéia de disciplina, de separação, da sociedade disciplinar.

E, se nós trabalhamos a partir de Michel Foucault, uma das críticas básicas é à idéia da disciplina, a separação que é produzida visando poder. Essas separações têm a ver com as relações de poder e com o medo recíproco de historiadores e críticos literários de perderem o controle sobre suas áreas de saber, de atuação, apagando justamente as fronteiras que sustentam o poder, os cargos, os lugares sociais, as editoras, etc. É isso que gera todo esse medo, não é propriamente que a história vá perder seu objeto, até porque esses objetos não são naturais, eles estão sempre mudando. Quem vai dizer o que é objeto da história é cada historiador, é cada livro de história que vai transformar em objeto o que quiser. Portanto, o objeto da história e o objeto da literatura não são algo dado, estão em redefinição sempre.

E. – É notória a influência de Michel Foucault em sua obra e, por diversas vezes, em suas aulas e palestras, você afirmou que um dos textos mais bonitos de Foucault é *A vida dos homens infames*. Analisando a atual historiografia, a história tem, de alguma maneira, se dedicado a essas vidas? Estaria ela, a história, preocupada em dar vozes a esses homens esquecidos e obliterados pela própria história?

D. M. – Penso que, nas reflexões que eu faço sobre a história e a literatura, uma das coisas que me fascinam na literatura é justamente a capacidade que ela tem de valorizar vidas absolutamente infames, marginais e minoritárias. A literatura tem a capacidade de dar visibilidade a existências, de pensar a existência, de materializar existências que, normalmente, a história teve uma enorme dificuldade de lidar com elas. A história tem sempre a tendência de tornar seus personagens famosos, sejam eles quem for.

Ginzburg transformou Menocchio numa celebridade. Por mais banal que seja o personagem, o discurso da história tem esse caráter solene de sacralização. É uma característica da história, essa capacidade de heroicizar que a literatura não tem. A literatura, muitas vezes, tem a capacidade de tornar infame, execrável, até personagens considerados de respeito, famosos, etc. O que me incomoda na história é essa insensibilidade em relação à tragédia humana. Acho que a literatura tem muito mais sensibilidade em relação à tragédia que é a vida humana. Acredito

que a tragédia que é a vida humana, aparece muito mais claramente na literatura do que na história.

A história é um empreendimento de racionalização, é um empreendimento, normalmente, de justificação, de legitimação e explicação da tragédia. Quando você explica a tragédia, ela deixa de ser tragédia. Na medida em que explicamos, racionalmente, porque uma guerra aconteceu, tornamos a guerra banal. Por exemplo, um livro de literatura trata de um personagem na guerra e consegue passar, através do drama, a dor daquela tragédia. Em contrapartida, podemos ver um livro de história falar que 30 milhões de pessoas morreram como se isso não significasse nada. A história opera muito parecido com o que fazem os meios de comunicação, que banalizam a tragédia, banalizam a dor e as racionalizam, as explicam.

Ao ler um livro sobre a Segunda Guerra Mundial, escrito por um historiador, a guerra perde, em grande medida, essa dimensão dramática que um filme ou um livro literário consegue trazer de volta. E gosto muito d'*A vida dos homens infames*, o texto de Foucault, porque é um texto que fala de como a tragédia humana, tocava a ele sensivelmente e não racionalmente. Aquelas pessoas chamavam a atenção de Foucault não pelo fato de serem personagens que podiam explicar a sociedade da época – como Menocchio chamou a atenção de Ginzburg, porque podia explicar o que era a cultura popular na Idade Média e a classe camponesa.

Foucault tem a coragem de dizer que essas pessoas o impressionaram porque o tocavam. Eram vidas pequenas, insignificantes, destruídas, transformadas em cinzas pelo poder, pelo Estado, mas que o fascinava pela capacidade que eles tiveram de resistir, pela capacidade que tiveram de desafiar o poder. O que a história faz é retornar esses personagens à ordem, porque a história tenta explicar a ordem que os originaram. E Foucault foge disso, ele mostra justamente que esses personagens foram mortos, trucidados porque a ordem não sabia o que fazer com eles. A ordem não os cabia. E é esse tipo de acontecimento que me fascina, que fascinava Foucault. Esse texto de Foucault fala muito dele e gerou muitas incompreensões entre os historiadores, porque é um texto irônico, é um texto que não é para historiador. Faz uma ironia no sentido de que ele não quer explicar essas figuras, pois, quando você explica essas figuras, elas perdem a capacidade de contestação que elas possuem, elas perdem esse caráter único, singular, disruptivo

que elas têm. Nós vivemos numa sociedade racionalista que busca racionalizar tudo que ela não consegue explicar e a história é uma empresa de racionalização desde o começo, pois surgiu, na Grécia, tentando racionalizar. É um saber prosaico que se contrapõe a poesia, justamente, porque tenta explicar e racionalizar o mundo. A história nasceu dentro daquele século racionalista, em que também surgiu a filosofia. Porém, certas coisas, ao serem explicadas perdem a sua força de disrupção, de contestação. Um mundo explicado e esclarecido definitivamente é o que todo o mundo sonha.

Queremos um mundo explicado e esclarecido. Há, inclusive, algumas formas de se pensar a história, que fizeram sucesso durante muito tempo, que explicavam facilmente o mundo. O mundo ficava todo claro, todo explicado, tudo era facilmente explicado, e aí, evidentemente, ficava-se mais tranquilo. Esse grande desafio que é viver é uma coisa inexplicável. Daí essa grande discussão entre racionalismo e irracionalismo que atravessa o nosso campo, que é essa pretensão em explicar todas as coisas. Só que as discussões sobre a linguagem chegaram a um ponto em que a gente descobriu que a nossa relação com o mundo se dá através da linguagem, se dá através dos conceitos e que nenhuma palavra, nenhum conceito diz, definitivamente, o que as coisas são. Portanto, o mundo está sempre escorregando em nossas mãos. Qualquer definição que se dá é provisória, é situada. Então, não há qualquer explicação definitiva, o mundo está sempre fugindo de nossos dedos.

E. – Certa vez disse François Furet, “tive a necessidade de procurar na história os segredos do presente”. Para você o presente constrói um segredo na história ou o ideal da história é procurar os segredos do presente?

D. M. – A história só tem sentido por causa do presente. Acho que um dos grandes equívocos de quem estuda história, de quem escreve história, é achar que a história tem alguma coisa a ver com o passado. A história não é feita para o passado, não nos leva de volta ao passado. A história traz versões do passado para servir ao presente.

A história dialoga fundamentalmente com o presente. A história é uma empresa do presente. A gente sempre estabelece com o passado uma relação a

partir de como é o nosso presente e que expectativas nós temos do futuro. O passado é sempre descrito a partir dessa visão. Há sempre uma dimensão que leva em conta nossa experiência acumulada. Temos uma relação com o passado, dependendo das experiências que tivemos, a memória que a gente tem, quem nós somos, o lugar onde estamos, etc. E isso tem a ver com o presente, porque tudo isso só pode ser medido no presente, embora tenhamos uma idéia de presente normalmente estendida. Nosso presente é apenas um instante, a gente tem uma dimensão estendida do presente que vai exatamente até uma determinada fronteira do passado e até uma determinada fronteira do futuro, porque esses tempos são construções humanas. Passado, presente e futuro são conceitos, são categorias que os homens constroem. Constroem, inclusive, diferentemente de sociedade para sociedade, de época para época. Então, nós vivemos numa época onde o presente tem uma importância muito maior do que o passado e o futuro.

O futuro já teve uma importância enorme, por exemplo, no período da modernidade, da alta modernidade, quando o presente e o passado eram pensados em função do futuro, eram pensados em função da construção do futuro. As utopias surgem no Ocidente, quando o futuro passa a ser a grande preocupação do homem. Hoje, com a crise das utopias, o futuro já não é essa coisa tão poderosa sobre o presente. Nós temos hoje um crescimento demasiado da importância do presente, mas isso não significa, como dizem muitos historiadores, necessariamente o desprezo pelo passado. É porque o passado não permanece apenas no passado, ele está incrustado no presente. Se a gente valoriza o presente, a gente também vai ter que dialogar com esse passado que continua aqui, que é um elemento do presente.

O presente é o produto de um passado. O que a gente enxerga a nossa volta não surgiu agora, imediatamente, teve um processo de constituição. E problematizar o presente requer problematizar o passado que o constituiu. Minha obra, basicamente, tem a ver com inquietações que o presente me coloca. Eu vou para o passado a partir de inquietações que o presente me coloca. Quem lê meus textos, meus livros, sabe que eles começam sempre com uma ligação entre presente e passado; com uma ligação com a minha vida, mostrando como a partir de onde eu estou, das relações que eu vivi e que vivo, das questões que são colocadas pelo meu presente, houve necessidade de que eu fosse ao passado, requereram que eu

fosse entender determinado aspecto. Se eu tinha uma região descrita tal como o Nordeste era descrito, fui tentar entender o porquê do Nordeste ainda ser descrito assim no presente. Se eu tinha um nordestino que era pensado da forma que era pensado, na música, no teatro, no cinema, etc., hoje fui tentar entender o porquê dele ser pensado assim. Fui tentar, exatamente, desnaturalizar.

A grande empresa da história é desnaturalizar, retirar os estereótipos, problematizar os estereótipos, problematizar o senso comum, o lugar comum, problematizar aquelas formas de ver, perceber, pensar que estão cristalizadas, oficializadas e que as pessoas aceitam acriticamente. A história, para mim, é uma empresa crítica, no sentido de abrir possibilidades de vermos coisas diferentes. Não é crítica no sentido de oferecer uma alternativa, no sentido de dizer o que é correto, mas crítico no sentido de abrir possibilidades de pensarmos diferente, de sermos diferentes, de caminharmos diferente. A história não é para oferecer receitas, mas para abrir horizontes, abrir possibilidades, fazer a gente enxergar num dado lugar, numa dada estrada, muitas veredas, muitas possibilidades de divergir, sair para o diverso, perceber os devires. A história, para mim, tem a ver com o mapeamento dos devires, os devires que estavam em questão lá no passado e que tiveram projeção até hoje, que continuam abertos nessa nossa temporalidade.

E. – Para encerrarmos, se você pudesse definir o que seria o ofício do historiador, como você definiria?

D. M. – Acho que o nosso ofício é, justamente, construir a categoria tempo. O tempo é uma categoria que é uma construção humana, o tempo não existe em si mesmo, não é uma categoria natural, o tempo é uma representação. Não obstante, a história é um dos saberes que constrói essa temporalidade, não é o único, mas é um saber que não tem sentido se não for esse da construção da idéia de temporalidade e, claro, de outras categorias fundamentais como espaço.

A história tem a função de lidar com a nossa forma de ver a temporalidade, com a nossa forma de lidar com o passado, presente e futuro e, fundamentalmente, problematizar a forma como a gente vê o mundo. A história tem a ver com visões de mundo, com a forma de elaboração de modos de se relacionar com o mundo, e isso significa se relacionar com as pessoas, se relacionar com as instituições, se

relacionar com os saberes, se relacionar com o conhecimento, quer dizer, a história questiona as nossas formas de relações sociais. A história é uma disciplina que remete a relações, como são as histórias de relações com o poder, as relações econômicas, as relações sociais.

Eu acho que o historiador é aquele que deve sempre problematizar o coro dos contentes, é aquele que deve incomodar o discurso oficial, é aquele que deve incomodar a memória estabelecida, petrificada, é aquele que deve estar na contramão dos discursos hegemônicos, que diz o que é o nosso tempo a partir do passado e que pretende dizer como será o futuro. O historiador é aquele que deve estar a serviço da sociedade, vigilante, no sentido de não aceitar os projetos de temporalidade, os projetos de interpretação do passado, presente e futuro que são dados por determinados discursos oficiais. O historiador tem a ver com esse discurso da suspeita, mas, além disso, tem a ver com uma abertura para a possibilidade de sermos diferentes e enxergarmos diferente.

O historiador tem a função de preparar subjetividades, primeiro para perceber e aceitar as mudanças, para aceitar as transformações, para aceitar a descontinuidade das coisas do mundo, para aceitar o conflito, aceitar as dissidências, a diferença na forma de pensar, de se comportar, de ver. Acho que a história tem essa função de preparar pessoas subjetivamente mais democráticas, preparando para conviver com a diferença, conviver com as formas diferentes de ser, de pensar. Então, é assim que eu definiria o ofício do historiador.